

Decisão da OMC aumenta exportação brasileira

A União Europeia terá até 22/05/06 para implementar a decisão do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio (OMC), adotada em 19/05/05, de limitar a exportação de açúcar subsidiado ao volume e valor acordados por ocasião da assinatura do Acordo de Agricultura, da Rodada do Uru-

guai. A decisão do árbitro indiano A. S. Ganesan, escolhido pelas partes em agosto passado, foi anunciada em 28 de outubro último pelo Secretariado da OMC.

A UE havia se comprometido no âmbito do GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio a manter suas exportações subsidiadas a 1.273,5 mil toneladas e 499,1 milhões de euros. No entanto, o bloco se tornou, nos últimos dez anos, o segundo maior exportador mundial de açúcar, oferecendo o açúcar branco num mercado que hoje se aproxima de US\$300 a tonelada, quando seu custo médio de produção chega perto de US\$800 a tonelada.

Com a concorrência do produto subsidiado europeu no mercado internacional, o Brasil tem sofrido perda anual de US\$494 milhões, segundo estimativas da Oxfam.

O setor recebeu "com satisfação" a decisão do árbitro. Na expectativa brasileira, a retirada dos subsídios ilegais europeus ampliará o mercado internacional de açúcar em até 5 milhões de toneladas por ano. O Itamaraty calcula um mercado potencial anual da ordem de US\$1,48 bilhão. As exportações atuais brasileiras estão projetadas em 17 mi-

lhões de toneladas de açúcar para a safra 2005/06.

Justamente alegando que precisava liberar os estoques antes de implementar a decisão da OMC, a UE havia anunciado, no mês passado, que pretendia colocar adicionalmente no mercado 2 milhões de toneladas do açúcar, além da produção excedente de 5 milhões de toneladas.

A situação para a UE se complica diante de países da ACP (África, Caribe e Pacífico). O Brasil reiterou que não questionou o acesso preferencial ao mercado europeu do açúcar importado de alguns países da ACP e da Índia. A reexportação do açúcar originário desses países poderia se realizar sem problemas, bastando, segundo o Itamaraty, que a UE reduzisse sua própria produção ineficiente de açúcar subsidiado.

O governo brasileiro tem a convicção de que a União Europeia cumprirá o prazo determinado pela OMC. Segundo declaração oficial do Itamaraty, o Brasil reitera que a plena observância das disciplinas comerciais é essencial para a credibilidade das negociações de novas regras multilaterais no contexto da Rodada de Doha. ■

Cronologia do contencioso do açúcar

- Setembro de 2002: o contencioso do açúcar é iniciado pelo Brasil e pela Austrália, pediram consultas à União Europeia para discutir o regime açucareiro do bloco europeu em relação às normas da OMC;
- 21 e 22 de novembro: realizadas as consultas em Genebra, a Tailândia aderiu ao pleito em março, mas se encontrou solução satisfatória para as partes;
- Julho de 2003: os três países decidiram então recorrer ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, solicitando a instalação de um painel;
- 29 de agosto: foi criado o painel;
- 24 de dezembro: foi composto o painel;
- 15 de outubro de 2005: ganho de causa ao Brasil e seus parceiros.